faeces

RELATÓRIO ANUAL 2015

SUMÁRIO

ABERTURA 3

1. Mensagem da Diretoria 3

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE 4

2. Assuntos de Relevância 4

3. Governança Corporativa 5

INFORMAÇÕES GERAIS 7

4. Número de Participantes e Assistidos 7

5. Receitas e Despesas Previdenciais 7

6. Despesas Administrativas 8

INVESTIMENTOS 10

7. Gestão dos Investimentos 10

8. Patrimônio Líquido e Demonstração Patrimonial e de Resultados 16

9. Política de Investimentos 18

PLANO ASSISTENCIAL 21

10. PLASS 21

RESULTADOS 22

11. Demonstrações Contábeis 22

12. Notas Explicativas 31

PARECERES 48

13. Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido 48

14. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II 55

15. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 59

16. Parecer do Conselho Fiscal 61

17. Parecer do Conselho Deliberativo 62

ENCERRAMENTO 63

18. Expediente 63

ABERTURA

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezado(a) Participante,

Este Relatório Anual de Informações apresenta as principais atividades desenvolvidas e os resultados econômico-financeiros dos planos previdenciais, administrativo e assistencial administrados pela FAECES no ano de 2015. Este documento é mais um instrumento para que você possa ter acesso às informações sobre a situação patrimonial e atuarial dos planos, a política e os resultados dos investimentos e as despesas administrativas e com investimentos.

Porém, antes de mostrar tais dados, é importante compreender quão desafiador foi atuar durante o exercício de 2015, onde a conjuntura econômica adversa impôs (e ainda impõe) aos brasileiros, no dia a dia, a participação involuntária em um "curso prático" de educação financeira e previdenciária.

Inflação alta e persistente (a mais elevada em 12 anos), juros galopantes e drástica redução da atividade econômica (-3,8% em 2015) alimentando o desemprego, são alguns dos aspectos com os quais ainda temos sido obrigados a conviver. Assim, do grande investidor ao simples trabalhador, do recém-empregado ao aposentado, todos buscam uma forma de proteger seu patrimônio de perdas significativas no curto prazo, papel esse também desempenhado pelos fundos de pensão.

Controlar gastos e fugir das aplicações financeiras mais "sensíveis", privilegiando os investimentos com menor exposição aos riscos do mercado (como a renda fixa), foi e ainda é importante nesse cenário. E isso também vale para os fundos de pensão, afinal os recursos que um plano possui hoje devem ser investidos de forma que o montante obtido pague as obrigações previdenciais, até o último aposentado ou beneficiário existente. Essa descrição explica por que o olhar de gestores das fundações e participantes de quaisquer planos de benefícios previdenciários devem buscar enxergar além das crises conjunturais de curto prazo.

De fato, pelo terceiro ano consecutivo, a rentabilidade dos investimentos de quase totalidade dos fundos de pensão não alcançou a meta atuarial, apesar do importante resultado nominal visto na rentabilidade dos planos que administramos. Isso tem a ver principalmente com o aumento da inflação, que prejudicou os resultados se comparados com a meta atuarial. No entanto, considerado o longo prazo, o quadro muda: segundo a ABRAPP, o desempenho dos fundos de pensão supera as metas atuariais, com um retorno médio acumulado de 2.335% de 1995 até junho de 2015, contra a meta de 1.315% no mesmo período.

A gestão de investimentos da FAECES manteve permanente atenção à evolução do cenário econômico e ao surgimento de oportunidades de mercado, pautada numa filosofia de máxima segurança. Por isso mesmo, em 2015, reduzimos a parcela de aplicações na bolsa de valores (renda variável) e concentramos recursos em títulos do governo (renda fixa). Essa decisão foi plenamente exitosa ao conseguir, num cenário bastante desfavorável, garantir importante rentabilidade com risco relativamente baixo para o seu patrimônio.

Diante das perspectivas econômicas negativas para 2016, projetadas por especialistas, vamos manter nossa gestão ancorada no porto seguro dos investimentos de menor risco. Afinal, "numa tormenta, é melhor não sair ao mar", dizem os navegantes.

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

2. ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA

- **SERVIÇO PASSADO**

Em agosto de 2001 foi celebrado um contrato entre a CESAN e a FAECES onde a Patrocinadora reconheceu uma dívida com a Fundação referente ao tempo de serviço passado dos seus empregados, anterior à criação do Plano de Benefício Definido, e que foi averbado como tempo de contribuição efetiva a este.

Ao final de 2015, com um saldo remanescente de R$ 21.445.763,21, foi repactuado através do Termo Aditivo nº 03 um novo valor determinado por estudo atuarial em função da promoção de alguns empregados recebida em março/2015 com efeito retroativo a janeiro/2015. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros (INPC + 6% a.a.) do termo Aditivo nº 01, o novo montante de dívida reconhecida é de R$ 28.507.906,81, que será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016.

Através de controles mantidos pela Fundação, podemos assegurar que a CESAN pagou todas as prestações referentes ao ano de 2015 com juros e correção, conforme estabelecido no termo Aditivo.

- **CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA É MANTIDA**

Desde março de 2012 a FAECES vem cobrando contribuição extraordinária dos participantes, assistidos e patrocinadores do Plano de Benefício Definido a fim de equacionar o déficit acumulado no final do ano de 2010.

Em 2015, essas contribuições foram recebidas regularmente pela Fundação através de desconto no benefício mensal dos assistidos e na folha de pagamento dos participantes do Plano de Benefício Definido, bem como do pagamento dos patrocinadores. Os percentuais aplicados em 2015 e que serão aplicados em 2016 são os seguintes:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
Período	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
de março/2014 a fevereiro 2015	0,79%	0,66%	0,78%
de março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
de março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%

É importante esclarecer que a contribuição extraordinária determinada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) tem o objetivo de recomposição das reservas necessárias para o pagamento de benefícios atuais e futuros e será cobrada até fevereiro de 2018.

- **PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PERMANECE SEM CORREÇÃO PARA 2016**

A FAECES manteve a política de redução de custos administrativos e não aumentou a contribuição administrativa a ser paga pelos participantes, assistidos e patrocinadores em 2016. A saber, tal contribuição é destinada a custear as despesas administrativas realizadas pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

- **AQUISIÇÃO DE MAIS UM LOTE DE TÍTULOS PÚBLICOS**

Em 2015 a FAECES aproveitou a oportunidade no mercado e adquiriu mais um lote de títulos públicos para o Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícos II. A aquisição ocorreu após a realização de um novo estudo de *Asset Liability Management – ALM* feito pela Consultoria Financeira contratada pela Fundação. Os títulos adquiridos serão mantidos até o vencimento, o que possibilita uma menor variação (menos volatilidade) dos valores investidos, além da expectativa de rentabilidade superior à meta atuarial.

O ALM vem sendo utilizado pela FAECES desde 2014. Trata-se de uma ferramenta de gerenciamento de riscos e de gestão estratégica já que abrange o planejamento dos planos de previdência em relação ao casamento entre o passivo do plano e o ativo aplicado.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

- **MUDANÇAS NOS CONSELHOS**

Em 26 de abril de 2015 iniciou-se o mandato de dois membros do Conselho Deliberativo, dois membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes indicados pelos patrocinadores. O mandato é de 4 anos e terminará em 25 de abril de 2019.

Vale lembrar que esse processo definiu apenas metade das vagas dos Conselhos da FAECES. A outra metade, cujo mandato termina em 15 de março de 2017, é preenchida por conselheiros e suplentes eleitos pelos participantes e assistidos.

Os conselheiros e suplentes indicados que tomaram posse em 26 de abril de 2015 são:

Conselho Deliberativo
Ana Cristina Munhós de Souza – membro efetivo (obteve a recondução do seu mandato)
Mateus Rodrigues Casotti – suplente
André Barbosa Barreto Duarte – membro efetivo
Romeu Souza Nascimento – suplente

Conselho Fiscal
Elza de Abreu Costa – membro efetivo
Leonardo de Souza Mariano – suplente
Hélio de Sousa – membro efetivo
Fábio Ferreira da Costa – suplente

- **CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES**

Ao final de 2015, todos os diretores e membros efetivos dos Conselho Deliberativo e Fiscal estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica. A FAECES possui também dois de seus empregados certificados, prova de que a Fundação busca constantemente a excelência na gestão. O desafio agora passa a ser a certificação dos membros suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

- **REVISÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA**

A FAECES promoveu a revisão de seu Código de Conduta e Ética visando a sua simplificação e aderência às práticas de mercado. O Código possui um conjunto de valores, princípios e condutas que pauta as atividades e os relacionamentos na Fundação e pode ser consultado no site www.faeces.com.br.

- **TREINAMENTO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS**

Em 2015, empregados, diretores e conselheiros da FAECES participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar, agregando mais experiência na gestão da Entidade.

O conhecimento técnico é imprescindível para que se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais as entidades e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros e empregados de forma a se buscar a competência técnica e gerencial desejada.

- **AUDITORIA DE CONTRIBUIÇÃO E DE BENEFÍCIOS**

A consultoria contratada pela FAECES para realizar a auditoria nos processos de contribuição previdenciária e de concessão e manutenção de benefícios foi finalizada. Os resultados estão sendo analisados e serão submetidos ao conhecimentos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.

- **ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO**

Para melhorar a governança e o atendimento a participantes e assistidos, a FAECES substituiu seu sistema informatizado utilizado na sua gestão previdenciária, de investimentos, administrativa e assistencial.

O novo sistema proporcionará maior segurança, além de ser mais abrangente no que tange ao controle da gestão dos benefícios administrados.

INFORMAÇÕES GERAIS

4. NÚMERO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A FAECES encerrou o exercício de 2015 com 1.095 participantes e 859 assistidos. A distribuição dos Participantes e Assistidos comparada ao exercício anterior, pode ser verificada nos quadros abaixo.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2015	31/12/2014
Participantes	514	537
Ativos	514	536
Autopatrocinados	0	1
Assistidos	858	848
Aposentadoria	686	690
Pensão por Morte	172	158
TOTAL	1.372	1.385

Com a implantação de um novo plano de beneficio em 2005, o Plano de Benefício Definido está fechado a novas adesões. Portanto, a tendência desse plano é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2015	31/12/2014
Participantes	581	555
Ativos	566	541
Autopatrocinados	15	14
Assistidos	1	1
Aposentadoria	1	1
TOTAL	582	556

O Plano de Benefícios II aberto a adesões de novos participantes a partir de fevereiro de 2006, obteve um crescimento em 2015 em torno de 5% se comparado ao ano de 2014.

5. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

- **PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**

O Plano de Beneficio Definido obteve, no final do exercício de 2015, R$ 17.749.365,12 de receitas previdenciais e R$ 17.417.508,54 de despesas previdenciais.

VALORES EM R$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes e Assistidos	Patrocinador			
2014	2.816.910	3.578.937	7.352.858	862.663	83	14.611.451
2015	2.774.105	4.295.070	9.371.230	1.308.539	421	17.749.365

Na coluna "Autopatrocinados", além daqueles que tiveram rescisão contratual e optaram pelo autopatrocínio, estão incluídos os empregados que pagam a sua contribuição e a do Patrocinador.

VALORES EM R$

DESPESAS PREVIDENCIAIS					
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Total
2014	14.645.293	1.218.213	37.170	23.048	15.923.724
2015	15.937.235	1.397.463	82.810	-	17.417.509

- **PLANO DE BENEFÍCIOS II**

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2015, R$ 3.429.360,52 de receitas previdenciais e R$ 19.759,61 de despesas previdenciais. Este Plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano relativamente novo e possui apenas 1 (um) assistido.

VALORES EM R$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais		Autopatrocinados	Portabilidade	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes				
2014	1.353.232	1.367.937	32.422	11790	36	2.765.417
2015	1.682.985	1.708.073	38.277	0	25	3.429.361

VALORES EM R$

DESPESAS PREVIDENCIAIS				
ANO	Aposentadoria	Resgate	Portabilidade	Total
2014	1.097	56.547	77.308	134.952
2015	3.562	16.197	-	19.760

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as despesas realizadas no ano de 2015, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficos, entre outras. As despesas gerais incluem os gastos com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locação de imóveis, entre outras. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

VALORES EM R$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	**Plano de Benefício Definido**	**Plano de Benefícios II**	**TOTAL**
Despesas Administrativas	**2.693.994**	**295.367**	**2.989.361**
Gestão Previdencial	2.081.270	228.189	2.309.459
Pessoal e Encargos	1.339.519	146.864	1.486.382
Treinamentos/Congressos e Seminários	35.800	3.925	39.725
Viagens e Estadias	11.850	1.299	13.149
Serviços de Terceiros	453.666	49.740	503.406
Despesas Gerais	116.148	12.734	128.882
Depreciações e Amortizações	23.085	2.531	25.616
Tributos	101.202	11.096	112.298
Investimentos	612.724	67.179	679.902
Pessoal e Encargos	390.693	42.835	433.528
Treinamentos/Congressos e Seminários	10.442	1.145	11.586
Viagens e Estadias	3.456	379	3.835
Serviços de Terceiros	140.416	15.395	155.811
Despesas Gerais	31.467	3.450	34.917
Depreciações e Amortizações	6.733	738	7.471
Tributos	29.517	3.236	32.754

VALORES EM R$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	**Plano de Benefício Definido**	**Plano de Benefícios II**	**Plano de Gestão Admnistrativa**	**TOTAL**
Despesas de Investimentos	**725.276**	**71.700**	**227**	**797.203**
Despesas Diretas de Investimentos	114.592	4.745	227	119.564
Custodia e Centralizacao dos Investimentos	67.003	3.658	281	70.942
Taxas, Tarifas, Corretagens e Emolumentos	18.321	839	(53)	19.107
Consultoria para Análise e Avaliação dos Investimentos	20.808	-	-	20.808
Provisão de Impostos s/ Aplicações Financeiras	8.459	248	-	8.707
Despesas Indiretas de Investimentos	612.724	67.179	-	679.902
Cobertura/Revers. de Desp. Adm. dos Invest.	612.724	67.179	-	679.902

INVESTIMENTOS

7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, onde a FAECES encontra-se inserida, são disciplinadas pela Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro 2009 e alterações posteriores, e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela FAECES.

- **CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

Apesar de ter uma despesa previdencial elevada devido ao pagamento de benefícios a 858 assistidos, o Plano de Beneficio Definido obteve uma elevação nos recursos aplicados em função do resultado positivo dos investimentos realizados pela FAECES. O Plano de Benefícios II é um plano novo e que passou a pagar benefício em 2014 a um único assistido, que se aposentou por invalidez, mas também obteve resultado positivo nos investimentos.

Abaixo a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECES no encerramento dos exercícios de 2014 e 2015.

VALORES EM R$

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
SEGMENTO	2015	2014
Renda Fixa	193.416.831	143.782.293
Imóveis	439.779	344.339
Renda Variável (*)	27.076.626	50.464.074
Estruturados	27.105.692	27.245.555
Operações com participantes	4.002.253	4.189.184
Total	**252.041.180**	**226.025.445**

(*) Inclui valor a receber resgatado do BTG Pactual Dividendos

VALORES EM R$

PLANO DE BENEFÍCIOS II		
SEGMENTO	2015	2014
Renda Fixa	12.881.138	7.521.795
Renda Variável	701.383	1.825.174
Estruturados	1.693.984	1.480.935
Operações com participantes	352.057	325.518
Total	**15.628.562**	**11.153.422**

VALORES EM R$

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)		
SEGMENTO	2015	2014
Renda Fixa	635.890	953.089
Total	**635.890**	**953.089**

- **RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO/MODALIDADE**

O retorno dos investimentos foi impactado pelo cenário macroeconômico de 2015, principalmente pelo aumento da inflação e pela rentabilidade do segmento de renda variável. Porém, em função da estratégia dos investimentos das carteiras dos planos, principalmente a aquisição de títulos públicos que têm rentabilidade superior à meta atuarial, a rentabilidade obtida nos Planos administrados pela FAECES foi positiva, embora não tenha alcançado a meta atuarial.

Plano de Benefício Definido

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2015 no Plano de Benefício Definido foi 12,27%, percentual abaixo da meta atuarial de 17,24% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	META DE RENTABILIDADE		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	16,49	INPC + 5% a.a.	16,84	-0,35
Renda Fixa (Referenciado)	11,24	INPC + 5% a.a.	16,84	-5,6
Estruturados (Multimercado)	7,57	INPC + 8% a.a.	20,18	-12,61
Estruturados (Participações)	27,47	INPC + 8% a.a.	20,18	7,29
Renda Variável	-7,65	INPC + 8% a.a.	20,18	-27,83
Operações com Participantes	17,98	INPC + 5,75% a.a.	17,68	0,3
Imóveis	14,17	INPC + 5,75% a.a.	17,68	-3,51

Plano de Benefícios II

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2015 no Plano de Benefícios II foi 12,23%, percentual abaixo da meta atuarial de 17,24% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	META DE RENTABILIDADE		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	16,09	INPC + 5% a.a.	16,84	-0,75
Renda Fixa (Referenciado)	9,51	INPC + 5% a.a.	16,84	-7,33
Estruturados (Multimercado)	4,92	INPC + 8% a.a.	20,18	-15,26
Estruturados (Participações)	18,39	INPC + 8% a.a.	20,18	-1,79
Renda Variável	-1,81	INPC + 8% a.a.	20,18	-21,99
Operações com Participantes	17,64	INPC + 5,75% a.a.	17,68	-0,04

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO	RENTABILIDADE FAECES (%)	META DE RENTABILIDADE		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	12,88	CDI	13,23	-0,35

- **RENTABILIDADE, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE DAS APLICAÇÕES**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	Rentabilidade (%a.a.) **	Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
RENDA FIXA (TRADICIONAL)	16,49	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	17,59	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	17,64	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	17,61	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 04/05/15)	10,35	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 07/10/15)	4,15	-	-
MODAL INSTITUCIONAL FIM (Aplic. 23/10/15)	2,53	1,00% a 1,5%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 27/11/15)	1,21	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 02/12/15)	1,06	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 04/12/15)	0,95	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 07/12/15)	0,90	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 08/12/15)	0,85	0,18%	-
BRASIL PLURAL INST. 15 FIC FIM	14,34	1,25% a 1,75%	20% do que exceder IPCA + 5%
XP INVESTOR FIRF CP LP	14,19	0,75% a 1,25%	20% do que exceder CDI
FIDC CREDITO UNIVERSITÁRIO (Aplic. 26/06/15)	7,18	1%	-
FIDC CREDITO UNIVERSITÁRIO (Aplic. 22/12/15)	0,45	1%	-
FIDC MULT. SILVERADO MAXIMUM - 7ª SÉRIE	17,53	2,5%	-
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	14,17	-	-
ALUGUÉIS (SALAS E GARAGENS)	14,17	-	-
RENDA FIXA (REFERENCIADO)	11,24	-	-
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP (Aplic. 25/11/15)	0,42	0,40%	20% do que exceder IMA-B
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	3,68	0,20%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,98	-	-
EMPRÉSTIMOS	17,98	-	-
RENDA VARIÁVEL (AÇÕES)	(7,64)	-	-
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC FIA	(1,29)	2,5%	-
BRZ EQUITY FUNDAMENTAL INST. FIC FIA	(6,86)	2,0% a 2,5%	20% do que exceder IGPM+6%
GAVEA AÇÕES FIC FIA (Resg. 09/12/15)	(4,16)	1,975%	20% do que exceder IBRX-100
BRASIL PLURAL FIC FIA (Aplic. 21/05)	(2,99)	3,0% a 4,0%	-
SULAMÉRICA EXPERTISE FIA	(19,35)	1,5%	10% do que exceder IVBX-2
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	7,57	-	-
BOZANO QUANT FIM (Aplic. 14/04/15)	8,65	2,0% a 2,5%	20% que exceder o CDI
SAFRA GALILEO FIM (Aplic. 09/04/15)	4,19	2,0%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	27,47	-	-
FIP - LACAN FLORESTAL	26,90	1,0%	20% do que exceder IPCA + 10%
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	18,39	0,147% (mínima de R$ 20 mil)	-
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II	54,08	2%	20% do que execer IPCA + 8%

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

PLANO DE BENEFÍCIOS II	Rentabilidade (%a.a.) **	Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
RENDA FIXA (TRADICIONAL)	16,09	-	-
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B)	17,20		
TITULOS PÚBLICOS (NTN-B) (Compra 07/10/15)	3,77		
XP INVESTOR FIRF CP LP	14,19	0,75% a 1,25%	20% do que exceder CDI
MODAL INSTITUCIONAL FIM (Aplic. 10/11/15)	1,97	1,00% a 1,5%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 27/11/15)	1,22	0,18%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI (Aplic. 04/12/15)	0,95	0,18%	-
BRASIL PLURAL INST. 15 FIC FIM	14,41	1,25% a 1,75%	20% do que exceder IPCA + 5%
RENDA FIXA (REFERENCIADO)	9,50	-	-
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	8,34	0,20%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,64	-	-
EMPRÉSTIMOS	17,64		
RENDA VARIÁVEL	(1,81)	-	-
BRASIL PLURAL FIC FIA (Apli. 21/05/15)	(2,99)	3,0% a 4,0%	-
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	4,92		
SAFRA GALILEO FIM (apli. 02/06/15)	3,74	2,0%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	18,39		
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	18,39	0,147% (mínima de R$ 20 mil)	-

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	Rentabilidade (%a.a.) **	Taxa adm. (%a.a.)	Taxa Performance (%a.a.)
RENDA FIXA	12,88	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI	13,05	0,30%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI (Aplic. 04/12/15)	0,93	0,30%	-

** Rentabilidade proporcional à data da aplicação

- **DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	252.063.862,76
Carteira Própria	120.453.612,20
Depósitos	27.295,58
Títulos Públicos	115.988.898,10
Empréstimos/Financiamentos	4.002.252,62
Carteira Imobiliária	439.779,00
(-) Valores a pagar (IOF empréstimos e Tarifas)	-4.613,10
Fundos	131.610.250,55
Modal Institucional FIM	5.079.627,21
Itau Institucional REF DI-FI	18.499.259,97
Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	20.162.846,57
XP Investor FIRF Credito Privado LP	20.454.569,91
FIDC Credito Universitáio	4.179.888,42
Silverado Maximum FIDC Multisetorial	6.243.112,19
Sulamerica Inflatie FI RF LP	489.060,32
Banestes Institucional Renda Fixa	2.319.568,51
BTG Pactual Dividendos FIC FIA (resgatado-a receber)	16.651.677,85
BRZ Equity Fundamental Inst. FIC FI	2.908.978,16
Brasil Plural FIC FIA	1.773.343,36
Sul America Expertise FIA	5.742.626,31
Safra Galileo	2.083.735,78
Bozano Quant FIM	4.346.041,92
Lacan Florestal FIP	5.920.873,62
Malbec FIP (incluindo valor a receber da PUT)	9.983.351,64
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	4.771.688,81

PLANO DE BENEFÍCIOS II DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	15.656.440,77
Carteira Própria	6.184.795,84
Depósitos	27.943,15
Títulos Públicos	5.804.860,15
Empréstimos/Financiamentos	352.056,96
(-) Valores a pagar (IOF empréstimos)	-64,42
Fundos	9.471.644,93
XP Investor FIRF Credito Privado LP	1.920.897,61
Modal Institucional FIM	1.540.727,85
Itaú Institucionl REF DI-FI	385.150,01
Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	2.329.935,98
BANESTES Institucional Renda Fixa	899.566,82
Brasil Plural FIC FIM	701.382,52
Safra Galileo FIM	446.065,18
Malbec FIP (incluindo valor a receber da PUT)	1.247.918,96

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R$
TOTAL DOS RECURSOS	688.563,95
Carteira Própria	52.674,16
Depósitos	53.858,48
Valores a pagar (Tarifas)	-1.184,32
Fundos	635.889,78
Itau Institucional RF FI	635.889,78

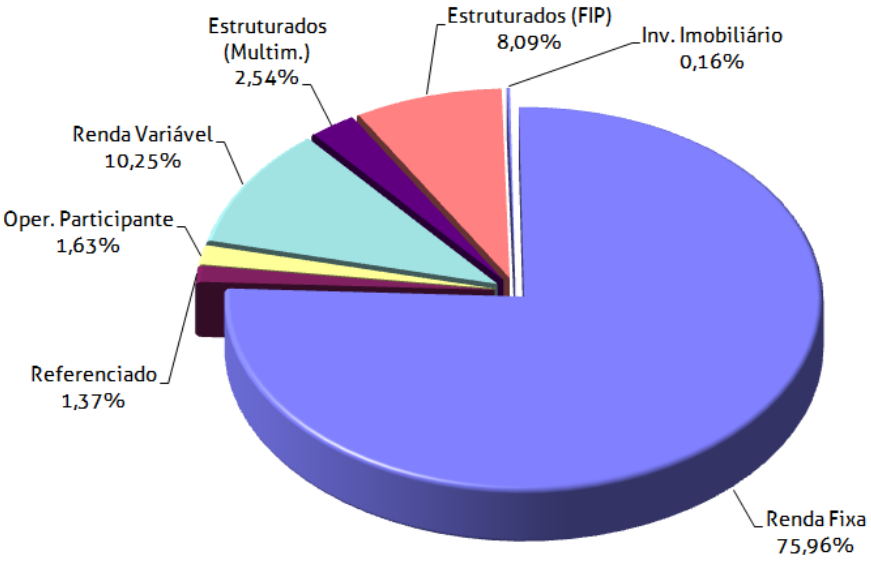
- **DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela Previc, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos Fundos de Pensão, a diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

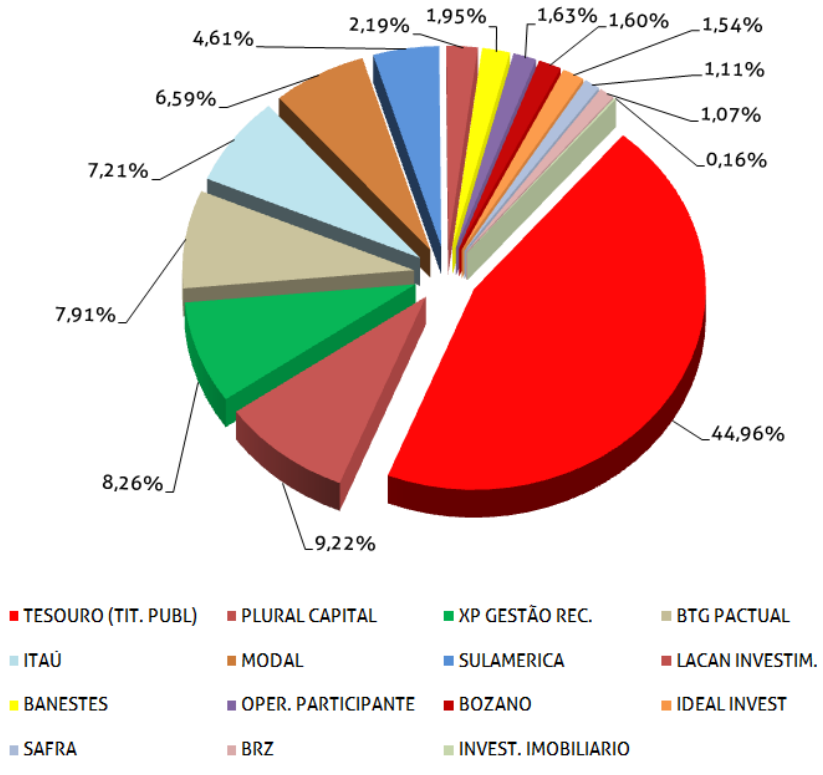
Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, os gestores da FAECES procuram efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Entidade.

Conforme gráficos a seguir, pode-se observar uma clara diversificação da carteira dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de investimentos, que também favorece o quesito redução de riscos.

- **SEGMENTOS**



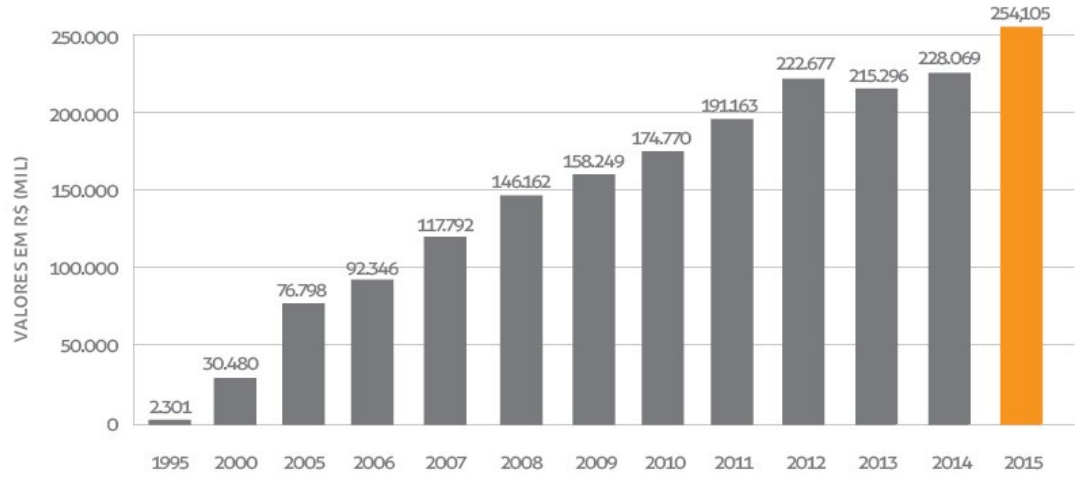
- **GESTORES**



8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

- **PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefício Definido obteve um crescimento em 2015 de aproximadamente 11% em relação ao ano anterior, mesmo com todas as adversidades encontradas no cenário macroeconômico, onde as rentabilidades alcançadas no mercado financeiro foram inferiores a meta atuarial.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
DISPONÍVEL	16.679	EXIGÍVEL OPERACIONAL	651
		Gestão Previdencial	638
REALIZÁVEL	238.078	Investimentos	13
Gestão Previdencial	2.004		
Gestão Administrativa	685	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1
Investimentos	235.389	Gestão Previdencial	1
Titulos Publicos	115.989		
Fundos de Investimento	114.958	PATRIMÔNIO SOCIAL	254.105
Investimentos Imobiliários	440	Patrimônio de Cobertura do Plano	253.400
Empréstimos	4.002	Provisões Matemáticas	263.855
		Benefícios Concedidos	208.883
		Benefícios a Conceder	86.183
		(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(31.211)
		Equilíbrio Técnico Resultados	(10.455)
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.455)
		Fundos	705
		Fundos Administrativos	685
		Fundos de Investimentos	20
TOTAL DO ATIVO	254.757	TOTAL DO PASSIVO	254.757

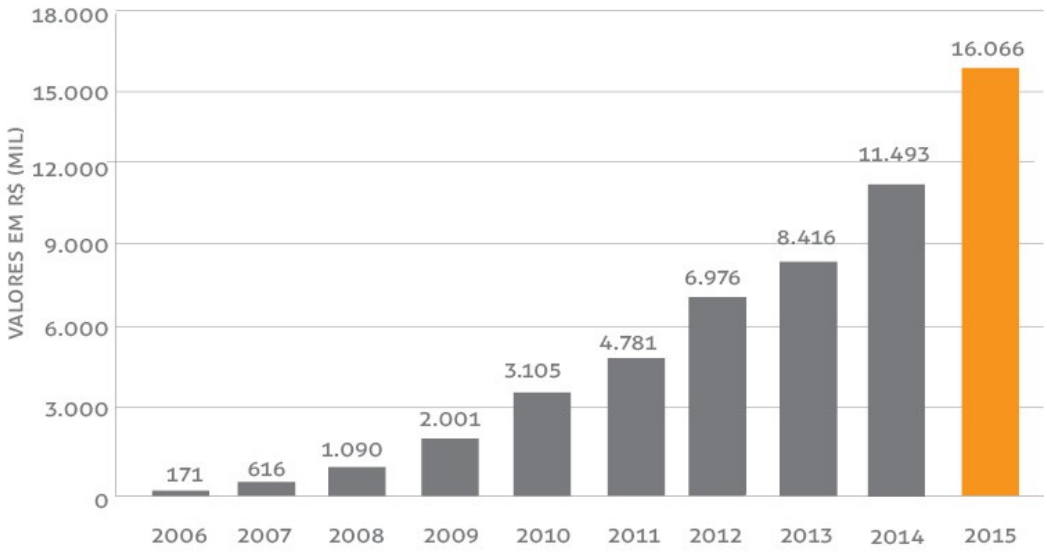
Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2015
(+) CONTRIBUIÇÕES	17.749
(-) BENEFÍCIOS	(17.418)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	27.804
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**28.135**
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.737)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	33
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(11.879)
(=) SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	14.552

- **PLANO DE BENEFÍCIOS II**

Evolução do Patrimônio Líquido



Mesmo com as rentabilidades do mercado financeiro não contribuindo para realização das metas atuariais, o Plano de Benefícios II, por ser um plano jovem e em fase de crescimento, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano aberto para novas adesões.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

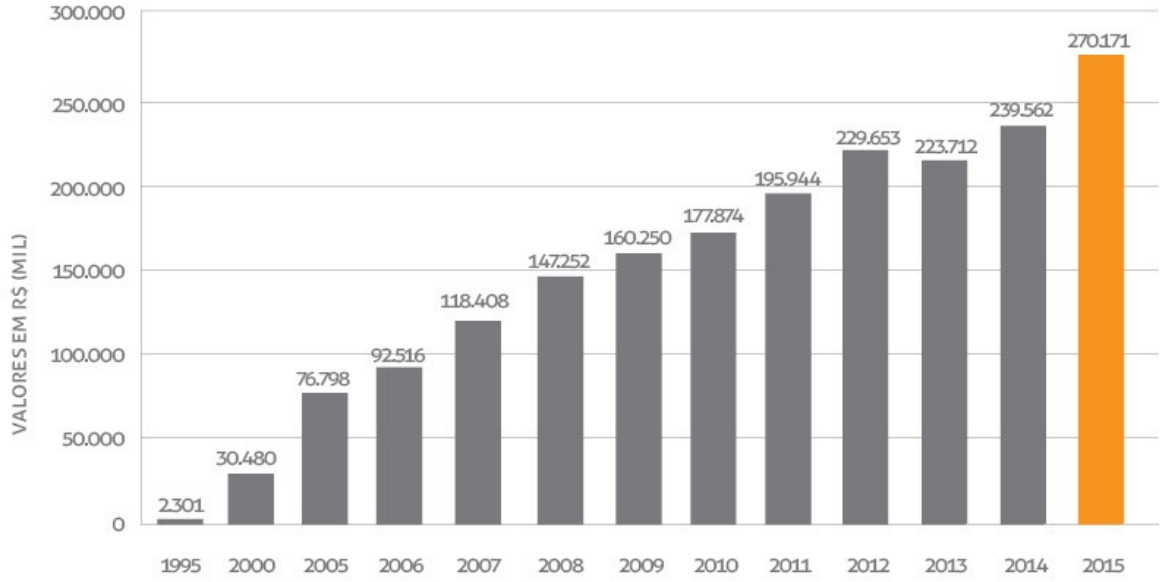
ATIVO	2015	PASSIVO	2015
DISPONÍVEL	28	EXIGÍVEL OPERACIONAL	99
		Gestão Previdencial	99
REALIZÁVEL	16.137		
Gestão Previdencial	434	PATRIMÔNIO SOCIAL	16.066
Gestão Administrativa	75	Patrimônio de Cobertura do Plano	15.543
Investimentos	15.628	Provisões Matemáticas	15.543
Titulos Publicos	5.805	Benefícios Concedidos	47
Fundos de Investimento	9.472	Benefícios a Conceder	15.496
Derivativos	-	Equilíbrio Técnico Resultados	-
Empréstimos	351	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
		Fundos	523
		Fundos Previdenciais	446
		Fundos Administrativos	75
		Fundos de Investimentos	2
TOTAL DO ATIVO	16.165	TOTAL DO PASSIVO	16.165

Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2015
(+) CONTRIBUIÇÕES	3.429
(+) PORTABILIDADES	-
(-) BENEFÍCIOS	(3)
(-) RESGATES	(16)
(-) PORTABILIDADES	-
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.490
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	**4.900**
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(283)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(4.536)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(81)
(=) DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-

- **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E PLANO DE BENEFÍCIOS II)**



9. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2014, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECES para o exercício de 2015 veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. A seguir são apresentadas algumas informações da Política de Investimentos vigente em 2015. A Política de Investimentos em sua integralidade pode ser consultada através do site da FAECES ou obtida diretamente na Entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

- **ALOCAÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	59,00%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	20,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	15,00%	0,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	1,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	2,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	3,00%	0,00%	5,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

- **LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS**

Na aplicação dos recursos, os planos observam os limites estabelecidos na legislação vigente.

- **META ATUARIAL**

A meta atuarial para o Plano de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios II, para o ano de 2015 corresponde a INPC + 5,65% a.a.

- **DERIVATIVOS**

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

- **META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

SEGMENTO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	INPC + 5,00% aa
Renda Variável	INPC + 8,00% aa
Investimentos Estruturados	INPC + 8,00% aa
Investimentos no Exterior	INPC + 8,00% aa
Imóveis	INPC + 5,75% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,75% aa

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI

- **APREÇAMENTO DE ATIVOS**

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos por seu custodiante e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

Em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

- **AVALIAÇÃO DE RISCOS**

A FAECES estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, gestão, operacional, legal e sistêmico.

Como a estrutura de investimentos de um plano pode atribuir discricionariedade de parte da administração dos recursos a terceiros contratados, o controle de alguns dos riscos identificados é feito pelos próprios

gestores externos, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos.

A Entidade também controla os riscos referentes ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792/2009 e modificações posteriores e também pela política de investimento.

- **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A estrutura de investimentos dos planos atribui, em grande parte, a discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados, portanto decidiu-se que, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

PLANO ASSISTENCIAL

10. PLASS

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas ao Plano de Assistência a Saúde da FAECES - PLASS, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com a qualidade esperada pelos seus usuários.

O PLASS vem mantendo, através de um esforço conjunto da FAECES e CESAN, seu equilíbrio financeiro e encerrou o exercício de 2015 com um fundo assistencial de R$ 2.078.879,14, apesar da complexidade em se administrar um plano de saúde com um número reduzido de usuários (388 vidas), dos procedimentos de alto custo devido às novas tecnologias, bem como inclusão de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Percebe-se que o valor aplicado do plano de saúde é diferente do valor do Fundo Assistencial. Em uma comparação simples, o Fundo Assistencial é semelhante ao "Patrimônio Líquido" no balanço das empresas comerciais – ou seja, o Fundo é igual a soma dos Bens e Direitos do PLASS menos suas obrigações. A apuração do Fundo leva em conta todos os direitos a receber, inclusive contribuições ainda não recebidas e, se fosse o caso, os bens do ativo permanente. Da mesma forma, é necessário "descontar" as obrigações a pagar – entre elas às provisões estipuladas pelo órgão fiscalizador, que visam manter o equilíbrio do plano mas não significam necessariamente um desembolso de recursos.

Carteira de Investimentos

(Valores em R$)

PLANO ASSISTENCIAL (PLASS)		
SEGMENTO	2015	2014
Renda Fixa	2.529.453	1.757.195
TOTAL	2.529.453	1.757.195

Demonstração dos Resultados

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	2015
(+) CONTRIBUIÇÕES	3.213
(-) DESPESAS MÉDICAS	(2.289)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	273
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.197
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(294)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(903)
(=) SUPERÁVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	-

Demonstração Patrimonial

(Valores em R$ mil)

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
IMEDIATO	220	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	638
RECURSOS A RECEBER	51	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	34
INVESTIMENTOS	2.529	OUTRAS EXIGIBILIDADES	75
Renda Fixa	2.529		
		FUNDO ASSISTENCIAL	2.079
DEPOSITO JUDICIAL	26		
TOTAL DO ATIVO	2.826	TOTAL DO PASSIVO	2.826

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis apresentadas a seguir são uma representação da posição patrimonial e financeira da FAECES e dos planos de benefícios por ela administrados no exercício de 2015.

- **CONSOLIDADO**

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores em R$ mil)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONIVEL	16.761	109	EXIGIVEL OPERACIONAL	551	495
			Gestão Previdencial	183	192
REALIZÁVEL	254.219	239.940	Gestão Administrativa	353	295
Gestão Previdencial	2.436	1.743	Investimentos	15	8
Gestão Administrativa	129	65			
Investimentos	251.654	238.132	EXIGIVEL CONTINGENCIAL	483	84
Títulos Públicos	121.794	89.626	Gestão Previdencial	1	34
Fundos de Investimento	125.066	143.144	Gestão Administrativa	482	50
Derivativos	-	503			
Investimentos Imobiliários	440	344	PATRIMÔNIO SOCIAL	270.171	239.562
Empréstimos e Financiamentos	4.354	4.515	Patrimônio de Cobertura do Plano	268.944	237.977
			Provisões Matemáticas	279.399	262.985
PERMANENTE	225	92	Benefícios Concedidos	208.930	192.109
Imobilizado	69	92	Benefícios a Conceder	101.680	100.641
Intangível	156	-	(-) Provisões Mat. a Constituir	(31.211)	(29.765)
			Equilíbrio Técnico	(10.455)	(25.008)
			Resultados realizados	(10.455)	(25.008)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.455)	(25.008)
			Fundos	1.227	1.585
			Fundos Previdenciais	446	365
			Fundos Administrativos	760	1.214
			Fundos de Investimentos	21	6
GESTÃO ASSISTENCIAL	2.826	1.863	GESTÃO ASSISTENCIAL	2.826	1.863
TOTAL DO ATIVO	274.031	242.004	TOTAL DO PASSIVO	274.031	242.004

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	**239.562**	**223.712**	**7,09**
	1. Adições	**54.376**	**41.428**	**31,25**
(+)	Contribuições Previdenciais	19.159	15.500	23,61
(+)	Resultado Positivo Investimentos - Gestão Previdencial	31.938	23.080	38,38
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	33	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	3.115	2.734	13,94
(+)	Resultado Positivo Investimentos - Gestão Administrativa	116	108	7,41
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	15	6	150,00
	2. Destinações	**(23.767)**	**(25.578)**	**(7,08)**
(-)	Benefícios	(17.437)	(16.059)	8,58
(-)	Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(2.645)	(6.648)	(60,21)
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(5)	(100,00)
(-)	Despesas Administrativas	(3.253)	(2.866)	13,50
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(432)	-	100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**30.609**	**15.850**	**93,12**
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.414	19.316	(15,02)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	14.553	(3.494)	(516,51)
(+/-)	Fundos Previdenciais	82	46	78,26
(+/-)	Fundos Administrativos	(455)	(24)	1.795,83
(+/-)	Fundos de Investimentos	15	6	150,00
	4. Operações Transitórias	**-**	**-**	**-**
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	**270.171**	**239.562**	**12,78**
	5. Gestão Assistenciais	**903**	**566**	**59,54**
(+)	Receitas Assistenciais	3.192	3.079	3,67
(-)	Despesas Assistenciais	(2.289)	(2.513)	(8,91)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.215	1.239	(1,94)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.231	2.842	13,69
1.1. RECEITAS	3.231	2.842	13,69
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	2.020	1.877	7,62
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	678	602	12,62
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	116	108	7,41
REEMBOLSO DA GESTÃO ASSISTENCIAL	294	227	29,52
OUTRAS RECEITAS	123	28	339,29
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.284	2.866	14,58
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	2.309	2.037	13,35
PESSOAL E ENCARGOS	1.486	1.299	14,40
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	40	41	(2,44)
VIAGENS E ESTADIAS	13	20	(35,00)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	503	440	14,32
DESPESAS GERAIS	129	130	(0,77)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	26	18	44,44
TRIBUTOS	112	89	25,84
OUTRAS DESPESAS	-	-	-
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	681	602	13,12
PESSOAL E ENCARGOS	434	379	14,51
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	12	12	-
VIAGENS E ESTADIAS	4	6	(33,33)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	156	139	12,23
DESPESAS GERAIS	35	35	-
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	7	5	40,00
TRIBUTOS	33	26	26,92
OUTRAS DESPESAS	-	-	-
2.3. ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	294	227	29,52
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	264	227	16,30
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS	30	-	-
2.4. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	402	-	-
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(455)	(24)	1.795,83
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(455)	(24)	1.795,83
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	760	1.215	(37,45)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- **PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO	**226.969**	**214.180**	**5,97**
	1. ADIÇÕES	**48.082**	**36.717**	**30,95**
(+)	CONTRIBUIÇÕES	17.749	14.611	21,48
(+)	RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	30.300	22.106	25,78
(+)	REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	33	-	100,00
	2. DESTINAÇÕES	**(21.650)**	**(23.929)**	**(9,52)**
(-)	BENEFÍICIOS	(17.418)	(15.924)	9,38
(-)	RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(2.496)	(6.356)	(60,73)
(-)	CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-	(5)	(100,00)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(1.736)	(1.644)	5,60
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LIQUIDO (1+2)	**26.432**	**12.788**	**106,69**
(+-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	(11.879)	(16.283)	(27,05)
(+-)	SUPERAVIT (DEFICIT) TÉCNICO DO EXERCICIO	(14.553)	3.495	(516,39)
	4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	**-**	**-**	**-**
	B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	**253.400**	**226.968**	**11,65**
	C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**(396)**	**(16)**	**2.375,00**
(+-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	(410)	(22)	1.763,64
(+-)	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	14	6	133,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	**254.757**	**228.657**	**11,41**
DISPONÍVEL	16.679	62	26.801,61
RECEBÍVÉL	2.689	2.570	4,63
INVESTIMENTO	235.389	226.025	4,14
TÍTULOS PÚBLICOS	115.989	85.496	35,67
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	114.958	135.549	(15,19)
DERIVATIVOS	-	447	(100,00)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	440	344	27,91
EMPRESTIMOS	4.002	4.189	(4,46)
2. OBRIGAÇÕES	**652**	**589**	**10,70**
OPERACIONAL	651	555	17,30
CONTINGENCIAL	1	34	(97,06)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**705**	**1.100**	**(35,91)**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	685	1.094	(37,39)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	20	6	233,33
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	**253.400**	**226.968**	**11,65**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	263.855	251.976	4,71
SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO	(10.455)	(25.008)	(58,19)
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(10.455)	(25.008)	(58,19)
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	6.488	3.623	79,08
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	(3.967)	(21.385)	(81,45)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	**254.072**	**227.564**	**11,65**
1. Provisões Matemáticas	**263.855**	**251.976**	**4,71**
1.1 Benefícios Concedidos	**208.882**	**192.065**	**8,76**
Benefício Definido	208.882	192.065	8,76
1.2 Benefícios a Conceder	**86.184**	**89.676**	**(3,89)**
Benefício Definido	86.184	89.676	(3,89)
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	**(31.211)**	**(29.765)**	**4,86**
(-) Serviço Passado	(28.508)	(26.649)	6,98
Patrocinadores	(28.508)	(26.649)	6,98
(-) Déficit Equacionado	(2.703)	(3.116)	(13,25)
(-) Patrocinadores	(1.162)	(1.332)	(12,76)
(-) Participantes	(1.173)	(1.349)	(13,05)
(-) Assistidos	(368)	(435)	(15,40)
(-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	-	-	-
(-) Patrocinadores	-	-	-
(-) Participantes	-	-	-
(-) Assistidos	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	**(10.455)**	**(25.008)**	**(58,19)**
2.1 Resultados Realizados	**(10.455)**	**(25.008)**	**(58,19)**
Déficit Técnico Acumulado	(10.455)	(25.008)	(58,19)
3. Fundos	**20**	**6**	**233,33**
3.2 Fundos de Investimentos	**20**	**6**	**233,33**
4. Exigível Operacional	**651**	**555**	**17,30**
4.1 Gestão Previdencial	**638**	**549**	**16,21**
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	**13**	**6**	**116,67**
5. Exigível Contingencial	**1**	**34**	**(97,06)**
5.1 Gestão Previdencial	**1**	**34**	**(97,06)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- **PLANO DE BENEFÍCIOS II**

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO	**11.373**	**8.294**	**37,12**
	1. ADIÇÕES	**5.068**	**3.739**	**35,54**
(+)	CONTRIBUIÇÕES	3.429	2.765	24,01
(+)	RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	1.639	974	68,28
	2. DESTINAÇÕES	**(452)**	**(660)**	**(31,52)**
(-)	BENEFICIOS	(20)	(135)	(85,19)
(-)	RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(149)	(293)	(49,15)
(-)	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(283)	(232)	21,98
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉCIMO NO ATIVO LIQUIDO (1+2)	**4.616**	**3.079**	**49,92**
(+-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS	(4.536)	(3.033)	49,55
(+-)	FUNDOS PREVIDENCIAIS	(80)	(46)	73,91
	4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	**-**	**-**	**-**
	B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	**15.989**	**11.373**	**40,59**
	C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**(44)**	**(2)**	**(2.100,00)**
(+-)	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	(45)	(2)	(2.150,00)
(+-)	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1	-	100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	**16.165**	**11.550**	**39,96**
DISPONÍVEL	28	8	250,00
RECEBÍVEL	509	389	30,85
INVESTIMENTO	15.628	11.154	40,12
TÍTULOS PÚBLICOS	5.805	4.130	40,56
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	9.472	6.642	42,61
DERIVATIVOS	-	56	(100,00)
EMPRESTIMOS	351	325	8,00
2. OBRIGAÇÕES	**99**	**57**	**73,68**
OPERACIONAL	99	57	73,68
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**77**	**120**	**(35,83)**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	75	120	(37,50)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2	-	-
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	**15.989**	**11.373**	**40,59**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	15.543	11.008	41,20
FUNDOS PREVIDENCIAIS	446	365	22,19
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	-	-
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	433	177	144,63
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	433	177	144,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefícios II)

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	16.089	11.430	40,76
1. Provisões Matemáticas	15.542	11.008	41,19
1.1 Benefícios Concedidos	47	43	9,30
Contribuição Definida	-	43	(100,00)
Benefício Definido	47	-	-
1.2 Benefícios a Conceder	15.495	10.965	41,31
Contribuição Definida	14.833	10.965	35,28
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	7.127	5.238	36,06
Saldo de Contas - parcela participantes	7.706	5.727	34,56
Benefício Definido	662	-	100,00
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	448	365	22,74
3.1 Fundos Previdenciais	446	365	22,19
3.2 Fundo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2	-	100,00
4. Exigível Operacional	99	57	73,68
4.1 Gestão Previdencial	99	57	73,68
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

12. NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES,** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa / financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS nº 1.732, de 28.12.1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios como complemento da promoção do bem-estar social aos seus participantes e assistidos.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.

Suas atividades foram iniciadas em abril/95, conforme escritura pública de constituição registrada em 25/04/1995, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória-ES, registrada no livro A-12 nº 11202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

O Plano de Benefício Definido, fechado para novas adesões, foi estruturado na modalidade de Benefício Definido, sendo aprovado em 28/12/1994 pela Secretária de Previdência Complementar – SPC, através do oficio nº 1.255/GAB/CTI/SCA. Nesse plano, estão previstos os pagamentos de benefícios de suplementação de aposentadorias por idade, tempo de serviço, invalidez e especial, além de pensões.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano de Benefícios II através da Portaria no 281, de 23/11/2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Esse plano foi estruturado na modalidade cujas características são de contribuição variável.

A FAECES também é Operadora de um plano privado de assistência à saúde, PLASS – Plano de Assistência a Saúde da FAECES, na modalidade autogestão, com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, de acordo com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulamento do plano.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A partir do exercício de 2010, as atividades assistenciais de saúde seguem as práticas contábeis subordinadas a Agência Nacional de Saúde - ANS, por este motivo, o detalhamento das contas destinadas a gestão assistencial apresentadas neste relatório está contido nas demonstrações contábeis da gestão assistencial elaboradas segundo determinação e padronização definidas pela ANS.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) De acordo com as normas específicas e, seguindo a natureza e a finalidade das transações, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa.

b) Todos os ativos e passivos dos planos de benefícios previdenciais são registrados em separado, de forma real, sem utilização de rateio ou qualquer outra metodologia de gestão compartilhada de ativos.

c) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; os investimentos nos Fundos de Investimentos são atualizados pelo valor de mercado e, os Títulos Públicos e os Derivativos pela curva do papel.

d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

e) Os títulos mobiliários são registrados por ocasião de sua aplicação pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados “pro-rata temporis”, em função dos dias decorridos no mês e ajustados aos respectivos valores de mercado.

f) Os ágios/deságios ocorridos na aquisição de títulos são amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.

g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustadados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

h) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: computadores e periféricos.

i) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de consultoria externa atuarial, Projeção Consultoria Atuarial, e observaram o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

j) O resultado dos Investimentos é transferido à respectiva Gestão.

k) A custódia dos títulos e valores mobiliários e a responsabilidade pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados são exercidas pelo Banco Itau, instituição devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para executar tais funções.

3. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas com a Entidade são os Patrocinadores, os Participantes e Assistidos. Esta relação se dá através de um convênio de adesão, que possibilita a CESAN – Companhia Espirito Santense de Saneamento, oferecer a seus empregados os planos de benefícios administrados pela FAECES.

3.1. Serviço Passado

Por intermédio de um contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução, o Patrocinador assumiu a responsabilidade pelo repasse das contribuições sobre o tempo de serviço de seus empregados anteriores à constituição da Entidade. O montante destas contribuições foi calculado atuarialmente e, de acordo com os termos aditivos ao contrato, está sendo corrigido mensalmente pelo INPC e acrescido dos juros de 6% ao ano. O total da divida vem sendo amortizado através de parcelas mensais e sucessivas, com previsão para quitação em dezembro de 2020. Os valores envolvidos e demais informações estão descritas na Nota 10.

3.2. Déficit Equacionado

Para equacionamento do Déficit acumulado no final do exercício de 2010, foram estipuladas contribuições extraordinárias para os Patrocinadores, os Participantes e os Assistidos, de forma que a responsabilidade fosse igualmente dividida entre as partes. Os valores e as condições estão expressos na Nota 10.

3.3. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos a participantes e assistidos também são considerados transações com parte relacionadas e estas operações estão detalhadas na Nota 5.

3.4. Administração da Entidade

A administração da FAECES é composta por três diretores, dos quais, dois fazem parte do quadro de empregados do Patrocinador. Os custos relacionados a esses empregados são integralmente ressarcidos ao Patrocinador, conforme convênios de cooperação técnica para cessão de empregados à Fundação. Em complementação ao salário recebido, a Entidade paga a seus Diretores, além de gratificação, a diferença no valor estipulado para os honorários conforme rege seu Estatuto Social. Os custos com a Diretoria em 31/12/2015 são representados como se segue:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
DIRIGENTES	1.101	947
HONORÁRIOS E GRATIFICAÇÕES	636	544
REEMBOLSO A CESAN	465	403

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os direitos da Entidade, valores relativos às contribuições patronal, de participantes e assistidos, empréstimos descontados na folha dos patrocinadores e prestação de empréstimo de participantes sem margem para desconto em folha.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.436	1.743
RECURSOS A RECEBER	2.319	1.630
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	2.050	1.363
CONTRIBUIÇÕES S/13º SALÁRIO	269	267
OUTROS REALIZÁVEIS	116	113
PRESTAÇÕES DE EMPRESTIMOS À PARTICIPANTES A RECEBER DA CESAN	115	112
PRESTAÇÕES DE EMPRESTIMOS A RECEBER DE PARTICIPANTES	-	1
REPASSE DE VALORES ENTRE OS PLANOS PREVIDENCIAIS	1	-

4.2. Gestão Administrativa

Registra as operações administrativas efetuadas pela Entidade, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC no 8, de 31 de outubro de 2011, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelos repasses, a titulo de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promovem a constituição do fundo administrativo no caso de saldo não gasto ou, é feita a reversão desse fundo para o PGA no caso de insuficiência de saldo para as despesas.

As contas de valores a receber referem-se ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefício e foram incluídas nos “ajustes e eliminações para consolidação do balanço”, conforme nota 17.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista descrito na nota 9.

Os outros realizáveis referem-se a repasse de valores pagos pelo PGA a serem reembolsados pelas outras gestões.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
GESTÃO ADMINISTRATIVA	129	65
CONTAS A RECEBER	76	37
CONTRIBUIÇÕES P/O CUSTEIO ADM	76	37
DESPESAS ANTECIPADAS	1	4
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	-	3
ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS	1	1
DEPÓSITO JUDICIAL	50	23
OUTROS REALIZÁVEIS	2	1
RESTITUIÇÕES DE DESPESAS DA CESAN	2	1

5. INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva matemática nos limites e modalidades permitidas pela Resolução CMN no 3.792, de 24/09/2009 e alterações posteriores. Os títulos e valores mobiliários resultantes destas aplicações estão classificados contabilmente conforme especificado no plano de contas padrão, considerando os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Em atendimento a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os Títulos de Renda Fixa, considerados aqueles que garantem rentabilidade uniforme ao longo de sua existência e que se encontram registrados contabilmente nos seguintes grupos de contas: Títulos Públicos, Fundos de Investimento e Derivativos, estão segregados nas seguintes categorias:

a) Títulos Para Negociação - adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento - com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a Entidade mantém interesse e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
INVESTIMENTOS	125.066	121.794
TÍTULOS PÚBLICOS	-	121.794
NTN-B	-	121.794
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	125.066	-
REFERENCIADO	3.708	-
RENDA FIXA	64.389	-
AÇÕES	11.126	-
MULTIMERCADO	13.496	-
DIREITOS CREDITÓRIOS	10.423	-
PARTICIPAÇÕES	21.924	-

5.1. Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão registrados, de acordo com sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros e rendimentos decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério “pró-rata temporis”.

Conforme as características destes títulos, os juros acumulados são repassados aos investidores semestralmente. A sua aquisição se deu com taxas superiores a 6% a.a., o que rentabilizou para os planos um valor em torno de R$ 6,45 milhões em 2015 e R$ 5,28 milhões em 2014, correspondente aos pagamentos dos repasses. Considerando o volume investido em cada plano, o repasse em 2015 para o plano de Benefício Definido foi de R$ 6,15 milhões (R$5,04 milhões em 2014) e R$ 306 mil (R$ 243 mil em 2014) para o plano de Benefícios II.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
NTN-B	121.794	89.626
CUSTO	45.001	36.358
RENDIMENTO	79.698	54.729
JUROS	1.092	677
ÁGIO/DESÁGIO	(3.997)	(2.138)

O deságio apresentado no quadro acima é um ajuste do valor contábil do título na marcação a mercado por exigência da legislação, porém os títulos que compõe a carteira dos planos de benefícios previdenciários administrados pela FAECES são marcados na curva uma vez que somente serão resgatados no vencimento.

5.2. Fundos de Investimento

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	125.066	143.144
REFERENCIADO	3.708	25.310
RENDA FIXA	64.389	30.238
AÇÕES	11.126	52.289
MULTIMERCADO	13.496	13.087
DIREITOS CREDITÓRIOS	10.423	7.083
PARTICIPAÇÕES	21.924	15.137

5.3. Derivativos

Registra a operação realizada para fins de proteção contra o Risco de Mercado. Esse resultado reporta à operação de compra de cotas no fundo de investimento em participações FIP Malbec. O contrato formalizado dentro da plataforma BMF&BOVESPA, obedecendo aos critérios previstos na legislação, visa garantir o retorno do investimento, estabelecido em no mínimo IPCA + 7% a.a. As condições previstas no artigo nº 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 foram devidamente observadas.

Considerando a forma e os critérios de constituição deste ativo, o mesmo foi reclassificado para compor a aplicação de origem do Fundo de Investimento em Participações Malbec.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
OPÇÕES –ATIVOS FINANCEIROS E MERCADORIAS	-	503
PUT FIP MALBEC	-	503

5.4. Investimentos Imobiliários

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº34, de 24/09/2009. Os imóveis foram adquiridos a partir de 2006 e, com base nos laudos de avaliações, que contemplam o valor de mercado locativo, foi defino o aluguel a ser repassado pela Gestão Administrativa à Gestão Previdencial.

Até o exercício de 2014, os imóveis foram depreciados de acordo com sua vida útil, também determinada pelos laudos de avaliações, no entanto, as alterações promovidas pela IN PREVIC nº 15, de 12/11/2014, dispensam a depreciação para os imóveis avaliados anualmente. A partir de janeiro de 2015 a FAECES passou a reavaliar seus imóveis anualmente.

Adquirida em 2015, pelo valor de R$60.000,00, a sala 1312 está em processo de transferência para o nome da FAECES.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
ALUGUÉIS E RENDAS	440	344
USO PRÓPRIO	440	344
CUSTO CORRIGIDO	419	384
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(44)	(44)
ALUGUEL A RECEBER	5	4
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	60	-

Em 2015, realizamos a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31/10/2011, o laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24/09/2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	AVALIAÇÃO 2013	VALOR CONTÁBIL	AVALIAÇÃO 2015	DIFERENÇA AVALIAÇÃO X CONTABIL
SALA 1304	13/12/2006	R$ 20	R$ 37	R$ 36	R$ 37	R$ 1
SALA 1305	17/09/2010	R$ 45	R$ 37	R$ 36	R$ 44	R$ 8
SALA 1306	13/12/2006	R$ 20	R$ 51	R$ 49	R$ 51	R$ 2
SALA 1307	01/08/2007	R$ 20	R$ 51	R$ 48	R$ 52	R$ 4
SALA 1308	01/08/2007	R$ 20	R$ 51	R$ 49	R$ 54	R$ 5
SALA 1309	01/08/2007	R$ 20	R$ 51	R$ 49	R$ 55	R$ 6
SALA 1310	01/08/2007	R$ 20	R$ 51	R$ 49	R$ 55	R$ 6
VAGA DE GARAGEM 09	13/12/2006	R$ 7	R$ 9	R$ 8	R$ 9	R$ 1
VAGA DE GARAGEM 19	13/12/2006	R$ 7	R$ 9	R$ 8	R$ 9	R$ 1
VAGA DE GARAGEM 35	13/12/2006	R$ 4	R$ 9	R$ 8	R$ 9	R$ 1
TOTAL		R$ 183	R$ 356	R$ 340	R$ 375	R$ 35

5.5. Operações com Participantes

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução no 3.792, de 24/09/2009, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,6% a.m. sobre o saldo devedor da operação. As operações estão registradas pelo valor principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

Em 2014 foram promovidas algumas alterações no regulamento dos empréstimos, entre as quais a modificação das datas de concessões e o prazo de quitação. A alteração mais significativa no entanto, é à destinação de 0,03% dos juros aferidos, para a formação do Fundo Garantidor de Empréstimos – FGE, o qual teve início no mês 08/2014.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários dos patrocinadores e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxilio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Foram constituídas provisões para perdas relativas a inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24/09/2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.416	4.570
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(65)	(58)
VALORES A RECEBER	3	3
TOTAL DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	**4.354**	**4.515**

6. ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

O Intangível refere-se a implantação do novo sistema para gerenciamento das operações da FAECES, compreendendo os módulos de seguridade, financeiro, contabilidade, investimentos, administrativo e plano de saúde.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
PERMANENTE	**225**	**92**
IMOBILIZADO	**69**	**92**
BENS MÓVEIS	**55**	**75**
MÓVEIS E UTENSILIOS	12	14
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4	4
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	33	49
CONDICIONADORES DE AR	6	8
BENS IMÓVEIS	**14**	**17**
BENFEITORIAS EM IMÓVEL DE TERCEIRO	14	17
INTANGÍVEL	**156**	**-**
GASTOS COM IMPLANTAÇÃO E REORGANIZAÇÃO	**156**	**-**
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA	156	-

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.
- Computadores e Periféricos (Hardware e Software) – 20% a.a.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 5% a.a.
- Implantação de sistemas – 5% a.a.

(Valores em R$ mil)

MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2015	2014
1 - Saldo do Imobilizado = (1.1 + 1.2)	69	92
1.1 - Bens Móveis	55	75
Custo Corrigido	380	375
Adições	7	5
Baixas	-	-
Depreciações	(332)	(305)
1.2 – Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	14	17
Custo Corrigido	17	-
Adições	-	17
Baixas	-	-
Depreciações	3	-
2 - Saldo do Intangível = (2.1 + 2.2)	156	-
2.1 – Implantação de Software	156	-
Custo Corrigido	161	-
Amortização	5	-
2.2 – Software	-	-
Custo Corrigido	2	2
Amortização	(2)	(2)
TOTAL DO PERMANENTE = (1+2)	225	92

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as operações com o Plano de Saúde da Entidade que encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sob o no 32.966-5, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos do PLASS.

8.EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes e assistidos, salários dos empregados da entidade, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

O item “Outras Exigibilidades” da Gestão Previdencial contemplava os valores a repassar à Gestão Assistencial, os valores a repassar à Gestão Administrativa ou entre os planos previdenciais, foram ajustados de acordo com as eliminações para consolidação do balanço, Nota 17.

O item “Outras Exigibilidades” dos Investimentos refere-se às taxas CETIP e SELIC a pagar e à provisão de IOF a recolher sobre as aplicações efetuadas no mês de dezembro, caso sejam resgatadas antes de 30 dias.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	550	495
GESTÃO PREVIDENCIAL	183	192
BENEFÍCIOS A PAGAR	7	20
RETENÇÕES A RECOLHER	170	172
OUTRAS EXIGIBILIDADES	6	-
GESTÃO ADMINISTRATIVA	353	295
CONTAS A PAGAR	270	230
RETENÇÕES A RECOLHER	63	46
TRIBUTOS A RECOLHER	11	10
OUTRAS EXIGIBILIDADES	9	9
INVESTIMENTOS	15	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5	6
OUTRAS EXIGIBILIDADES	10	2

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo relativo à devolução de impostos retidos no valor de R$1.000,00. O processo de 2014 relativo ao recalculo de benefício, foi julgado a favor da fundação e o deposito judicial de R$ 32.752,00 devolvido em 10/09/2015, com atualização monetária de R$ 1.557,63.

A Gestão Administrativa possui um processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instancia, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento no Supremo, o valor calculado pelo perito será depositado em juízo no início de 2016.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
GESTÃO PREVIDENCIAL	1	34
PROVISÃO	1	34
GESTÃO ADMINISTRATIVA	482	50
COMUM	482	50
PROVISÃO	482	50
TOTAL DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	483	84

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os cálculos registrados na contabilidade foram efetuados de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base nos Planos de Benefícios, tendo sido elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial Ltda, consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 22/02/2016.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas no Demonstrativo Atuarial - DA.

10.1. Benefícios Concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

10.2. Benefícios a Conceder

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

10.3. Provisões Matemáticas a Constituir

Registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis. O Serviço Passado é de responsabilidade exclusiva do patrocinador e o Déficit Equacionado de responsabilidade dos participantes, assistidos e patrocinador.

a) Serviço Passado - Representa o cálculo atuarial do valor a receber do patrocinador, relativo ao tempo de serviço dos seus empregados anteriores à criação da FAECES. Conforme Termo Aditivo 02 ao Contrato de Confissão de Dividas, assinado entre a Cesan e a FAECES, o montante, R$ 26.649.244,07, foi divido em 60 parcelas mensais, contadas a partir de janeiro de 2015 e, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano, mais o índice INPC, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à competência da parcela. Ao final de 2015 o saldo remanescente daquele montante, R$ 21.445.763,21, foi repactuado através do Termo Aditivo 03 e foi acrescido dos valores determinados por estudo atuarial específico, R$ 7.062.142,61, em função das alterações do plano de cargos e salários do patrocinador, bem como, dos percentuais de aumento real concedidos por ela. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros, o novo montante, R$ 28.507.906,81, será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016.

b) Déficit Equacionado - Em observação ao art. 28, da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, o Déficit acumulado no final do exercício de 2010, da ordem de R$ 4.735.437,54, foi equacionado através de contribuições extraordinárias, efetuadas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, a partir de março de 2012, num prazo de 6 anos, aplicando-se sobre o salário de contribuição, os seguintes percentuais:

ANO	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS	PATROCINADORES
De março/2012 a fevereiro/2013	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2013 a fevereiro/2014	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2014 a fevereiro/2015	0,79%	0,66%	0,78%
De março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
De março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
De março/2017 a fevereiro/2018	2,15%	1,80%	2,14%

(Valores em R$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	208.930	192.109
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	43
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	208.930	192.066
BENEFÍCIOS A CONCEDER	101.680	100.641
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	14.834	10.965
BENEFICIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	73.297	77.783
BENEFICIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	13.549	11.893
(-) PROVISÕES MATEMATICAS A CONSTITUIR	(31.211)	(29.765)
(-) SERVIÇOS PASSADOS	(28.508)	(26.649)
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(2.703)	(3.116)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	279.399	262.985

11. EQUILIBRIO TÉCNICO

Registra o Déficit Técnico acumulado ao final dos exercícios de 2015 e 2014. Em função da inflação muito elevada e da volatilidade do mercado financeiro, a FAECES não conseguiu atingir a meta atuarial nestes exercícios, no entanto, a entidade vem promovendo ajustes na carteira de investimentos, o que vem lhe possibilitando um retorno positivo da carteira, mesmo assim, apesar de nominalmente a rentabilidade ter sido elevada, não foi suficiente para atingir a meta atuarial.

Com a conversão da Medida Provisória nº 676 na Lei nº 13.183 de 04/11/2015, a FAECES adotou a nova regra de concessão de benefícios, mais conhecida como 85/95, no cálculo de suas Provisões Técnicas, o que, somado a revisão das Reservas Matemáticas a Constituir conforme o Termo aditivo 03 (Nota 10.3), possibilitou uma redução no Déficit Técnico de R$ 14.553 mil, produzindo uma variação positiva de aproximadamente 58% no resultado realizado em 2015, em comparação com 2014.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
EQUILÍBRIO TÉCNICO	10.455	25.008
DÉFICIT ACUMULADO	10.455	25.008
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(14.553)	3.494
DÉFICIT ANTERIOR	25.008	21.514

12. EQUILIBRIO TÉCNICO AJUSTADO

A resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, no seu artigo 4º, incluiu o quadro de "Informações Complementares" na "Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios", com o objetivo de demonstrar o cálculo utilizado para a apuração do equilíbrio técnico ajustado. E a Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, apresentou os critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65% e o valor contábil desses títulos (Nota 5). Estão sujeitos ao referido ajuste os títulos que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com

valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31/12/2015 resultou em um valor positivo de R$ 6.488 mil para o plano de Benefício Definido e R$ 433 mil para o plano de Benefícios II, conforme demonstrado a seguir:

(Valores em R$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/08/2018	3.643	R$ 9.500	R$ 10.179	R$ 10.113	R$ 10.410	R$ 231
NTN - B	15/05/2023	20.000	R$ 47.293	R$ 54.690	R$ 51.839	R$ 57.073	R$ 2.383
NTN - B	15/05/2023	6.300	R$ 14.917	R$ 17.182	R$ 10.892	R$ 17.978	R$ 796
NTN - B	15/05/2023	8.382	R$ 20.014	R$ 22.894	R$ 16.329	R$ 23.919	R$ 1.025
NTN - B	15/05/2035	4.500	R$ 10.959	R$ 11.044	R$ 21.726	R$ 13.097	R$ 2.053
TOTAL		42.825	R$ 102.683	R$ 115.989	R$ 110.899	R$ 122.477	R$ 6.488

(Valores em R$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/05/2023	1.676	R$ 4.002	R$ 4.578	R$ 4.344	R$ 4.783	R$ 205
NTN - B	15/05/2035	500	R$ 1.218	R$ 1.227	R$ 1.210	R$ 1.455	R$ 228
TOTAL		2.176	R$ 5.220	R$ 5.805	R$ 5.554	R$ 6.238	R$ 433

13. FUNDOS

13.1. Fundo Previdencial

Conforme estabelecido no Art. 32 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constitui o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições dos patrocinadores, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
FUNDO PREVIDENCIAL	446	365
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	446	365

13.2. Fundo Administrativo

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC no 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem às determinações do Regulamento do Plano

de Gestão Administrativa, aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado das receitas e despesas previdenciais constituído de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
FUNDO ADMINISTRATIVO	760	1.214

13.3. Fundo de Investimentos

Registra os valores destinados ao FGE – Fundo Garantidor de Empréstimos conforme previsto no Regulamento do Empréstimo, é constituído pelo aporte mensal de 0,03% sobre o saldo devedor de empréstimo do participante e seu objetivo é a cobertura das possíveis perdas com inadimplência e morte.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO	21	6

14. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, para o ano de 2015, o percentual de 8,5% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios.

Este limite vem sendo observado rigorosamente pela entidade.

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
CUSTEIO ADM. PRATICADO (1 ÷2)	7,74%	7,89%
1 - DESPESA ADM. (PREVIDENCIAL + INVESTIMENTO)	2.989	2.639
2 - REC. PREVIDENCIAL + DESP. PREVIDENCIAL	38.615	33.436

15. CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foi realizado conforme pré-determinado pela Entidade e devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2015/2014.

Este rateio leva em consideração o número de participantes de cada plano de benefícios previdencial e assistencial, bem como o patrimônio investido, quando envolvido a gestão dos investimentos, e sua aplicação abrange os gastos com pessoal, serviços, materiais, etc., em suas respectivas atividades.

Os percentuais se dividem da seguinte forma:

GESTÃO	2015 (%)	2014 (%)
PREVIDENCIAL	72	72
ASSISTENCIAL	7	7
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	21	21

16. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos exercícios de 2015 e 2014 foram apurados pelo regime de competência e resultaram no déficit contábil de R$ 10.455 mil em 2015 e R$ 25.008 mil em 2014.

A partir do exercício de 2015, a FAECES passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17/12/2015 (Nota 12).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização do superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula "(duration – 4) x 1% x reserva matemática". Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula "(10% + (duration x 1%)) x reserva matemática".

A duração do passivo do plano de Benefício Definido da FAECES é de 12,48 em 2015 e 13,10 em 2014, com isso, a zona de equilíbrio para o déficit técnico é de respectivamente, 8,48% e 9,10%.

A evolução do equilíbrio técnico ajustado acumulado, bem como,o índice de solvência, nos últimos 2 exercícios, estão demonstrados a seguir:

a) Cálculo do limite

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
1) Saldo das Provisões Matemáticas (Conta 2.3.1.1.00.00.00.00)	263.855	251.977
2) Calculo do limite do Déficit Técnico acumulado		
2.1) Duração do Passivo deduzido 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	8,48	9,10
2.2) Limite do Déficit Técnico que deve permanecer ((2.1 x 1%) x -1)	(22.375)	(22.930)

b) Cálculo do Equilibrio Técnico Ajustado

(Valores em R$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00.00)	(10.455)	(25.008)
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	6.488	3.623
6) Equilíbrio Técnico Ajustado (4 + 5)	(3.967)	(21.385)
7) Índice de Solvência (6 / 1 x 100)	(1,50%)	(8,48%)

Conforme observado, no demonstrativo, os exercícios de 2015 e 2014 foram encerrados com o equilíbrio técnico ajustado negativo de R$ 3.967 mil e R$ 21.385 mil, respectivamente, resultando em um índice de

solvência de 1,50% e 8,48%, inferiores aos limites da zona de equilíbrio mínima, 8,48% e 9,10%, respectivamente.

Dessa forma, nos referidos exercícios não existem a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

17. AJUSTES E ELIMINAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Para consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados ajustes e eliminações nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA", de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. Seguindo a mesma filosofia, e embora não estivessem elencadas na legislação citada anteriormente, incluímos ainda as contas de repasse de valores entre as gestões Previdencial e Administrativa conforme quadro a seguir:

(Valores em R$ mil)

ATIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFICIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
DISPONIVEL	**16.679**	**28**	**-**	**54**	**-**	**16.761**
REALIZÁVEL	**238.079**	**16.137**	**-**	**1.318**	**(1.315)**	**254.219**
Gestão Previdencial	2.004	434	-	-	(2)	2.436
Recursos a Receber	1.903	417	-	-	-	2.320
Outros Realizáveis	101	17	-	-	(2)	116
Gestão Administrativa	685	75	-	682	(1.313)	129
Contas a Receber	-	-	-	626	(550)	76
Despesas Antecipadas	-	-	-	1	-	1
Participação no Fundo Administrativo	685	75	-	-	(760)	-
Depósitos Judiciais	-			50	-	50
Outros Realizáveis	-	-	-	5	(3)	2
Investimentos	235.390	15.628	-	636	-	251.654
PERMANENTE	**-**	**-**	**-**	**225**	**-**	**225**
GESTÃO ASSISTENCIAL	**-**	**-**	**2.826**	**-**	**-**	**2.826**
TOTAL DO ATIVO	**254.758**	**16.165**	**2.826**	**1.597**	**(1.315)**	**274.031**

(Valores em R$ mil)

PASSIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFICIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
EXIGIVEL OPERACIONAL	651	99	-	356	(555)	551
Gestão Previdencial	638	99	-	-	(554)	183
Benefícios a Pagar	7	-	-	-	-	7
Retenções a Recolher	170	-	-	-	-	170
Outras Exigibilidades	461	99	-	-	(554)	6
Gestão Administrativa	-	-	-	354	(1)	353
Contas a Pagar	-	-	-	270	-	270
Retenções a Recolher	-	-	-	63	-	63
Tributos a Recolher	-	-	-	11	-	11
Outras Exigibilidades	-	-	-	10	(1)	9
Investimentos	13	-	-	2	-	15
EXIGIVEL CONTINGENCIAL	1	-	-	482	-	483
Gestão Previdencial	1	-	-	-	-	1
Gestão Administrativa	-	-	-	482	-	482
PATRIMÔNIO SOCIAL	254.105	16.066	-	760	(760)	270.171
Patrimônio de Cobertura do Plano	253.400	15.543	-	-	-	268.943
Provisões Matemáticas	263.855	15.543	-	-	-	279.398
Equilíbrio Técnico	(10.455)	-	-	-	-	(10.455)
Fundos	705	523	-	760	(760)	1.228
Fundos Previdenciais	-	446	-	-	-	446
Fundo Administrativo	685	75	-	760	(760)	760
Fundos de Investimentos	20	2	-	-	-	22
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	2.826	-	-	2.826
TOTAL DO PASSIVO	254.757	16.165	2.826	1.598	(1.315)	274.031

Luiz Carlos Cotta
Diretor-Presidente
CPF: 450.306.347-20

Marcelo Vieira Lopes
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 079.013.237-01

Martha Matias Miranda
Diretora de Seguridade
CPF: 379.732.587-87

Célio Ramos Lopes
Contador CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34

PARECERES

13. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA FAECES
REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2015, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R$ 253.400.566,19, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R$ 263.855.132,17.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontrava-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico Acumulado no valor de R$ 10.454.565,98, equivalente a 3,96% das referidas Provisões Matemáticas.

II. DOS FATORES CAUSADORES DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Pautando-se nos estudos realizados na data base de 31/12/2015, verifica-se que o Déficit Técnico Acumulado de R$ 10.454.565,98 foi causado principalmente pelos seguintes fatores:

	(Valores em R$)
1) Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior	(25.008.057,60)
2) Atualização do Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior, com base na meta atuarial	(4.311.389,13)
3) Perda decorrente dos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos do Plano terem sido inferiores à meta atuarial	(11.213.849,00)
4) Ganho nas Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder decorrente da "Regra 85/95 Progressiva" da Previdência Social	19.350.966,43
5) Acréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado, conforme Termo Aditivo 03 celebrado entre FAECES/CESAN	7.062.142,61
6) Outros ganhos de causas diversas	3.665.620,71
7) Déficit Técnico Acumulado no exercício atual (1)+(2)+ (3) +(4)+(5)+(6)	**(10.454.565,98)**

III. DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO NOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2010

III.1 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2015

Quanto ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2015 de R$ 10.454.565,98, insta salientar que seu valor encontra-se abaixo do "Limite de Déficit Técnico Acumulado" de R$ 22.374.915,21 (1% x (12,48 – 4) x 263.855.132,17), obtido de acordo com a fórmula estabelecida no caput do art. 28, da Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015. Por essa razão, não há necessidade de elaboração do plano de equacionamento de déficit.

III.2 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2010

No que tange ao equacionamento do Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2010, deve-se ressaltar que, de acordo com os estudos atuariais no momento desenvolvidos, as contribuições extraordinárias para participantes, assistidos e patrocinadores a serem praticadas a partir de março de 2016, pelo prazo remanescente de dois anos, são as seguintes:

Ano	Contribuições Extraordinárias		
	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
Março/2016	1,46%	1,21%	1,44%
Março/2017	2,15%	1,80%	2,14%

IV. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefício Definido da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	6,28%
Aposentadoria por Invalidez (b)	2,63%
Pensão (c)	3,71%
Pecúlio (d)	0,23%
Resgate (e)	0,13%
Taxa de Carregamento (f)	7,07%
Custo Normal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	**20,05%**
Custo Suplementar (h)	38,42%
Custo Total (i) = (g) + (h)	**58,47%**

V. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2015, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

V.1. CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES:

V.1.1 Contribuição Normal de Participantes

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Idade na Data de Inscrição no Plano	Taxa aplicada sobre o salário de Participação	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário-de-Participação em relação ao Teto do INSS	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário-de-Participação em relação a 3x o Teto do INSS
14	2,48%	8,94%	2,37%
15	2,52%	9,14%	2,42%
16	2,57%	9,34%	2,46%
17	2,63%	9,53%	2,52%
18	2,68%	9,72%	2,56%
19	2,74%	9,92%	2,62%
20	2,78%	10,11%	2,66%
21	2,84%	10,31%	2,72%
22	2,89%	10,51%	2,76%
23	2,95%	10,69%	2,82%
24	2,99%	10,89%	2,87%
25	3,05%	11,09%	2,92%
26	3,10%	11,28%	2,97%
27	3,16%	11,47%	3,01%
28	3,20%	11,67%	3,07%
29	3,26%	11,86%	3,11%
30	3,31%	12,06%	3,17%
31	3,37%	12,25%	3,21%
32	3,41%	12,44%	3,27%
33	3,47%	12,64%	3,31%
34	3,52%	12,84%	3,37%
35	3,58%	13,02%	3,41%
36	3,63%	13,22%	3,47%
37	3,67%	13,42%	3,51%
38	3,73%	13,61%	3,56%
39	3,78%	13,81%	3,61%
40 ou mais anos de idade	3,84%	14,00%	3,66%

V.1.2 Contribuição Extraordinária de Participantes

- 1,46% aplicado sobre o salário de participação.

V.2. CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS:

V.2.1 Contribuição Normal de Assistidos

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Suplementação inferior ou igual ao teto da Previdência Social	Suplementação superior ao teto da Previdência Social e inferior a 3x teto da Previdência Social	Suplementação superior a 3x teto da Previdência Social
4,90%	8,60%	12,30%

V.2.2 Contribuição Extraordinária de Assistidos

- 1,21% aplicado sobre o benefício.

V3. CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES:

V3.1 Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

- **47,68%** (quarenta e sete vírgula sessenta e oito por cento) da folha total do salário de participação, sendo **9,26%** referentes ao Custo Normal e **38,42%** ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de cinco anos, contados a partir de 31/12/2015. A referida taxa de **38,42%** foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 03 do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em 14/12/2015.

V3.2 Contribuição Extraordinária de Patrocinador

- 1,44% aplicado sobre a folha total de salário de participação.

VI. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R$
1	Ativo	254.757.218,99
2.1	Exigível Operacional	(650.955,39)
2.2	Exigível Contingencial	(1.000,00)
2.3.2	Fundos	(704.697,41)
Patrimônio de Cobertura do Plano		253.400.566,19

VII. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2015 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R$
2.3.1.0.00.00.00	**Patrimônio de Cobertura do Plano**	**253.400.566,19**
2.3.1.1.00.00.00	**Provisões Matemáticas**	**263.855.132,17**
2.3.1.1.01.00.00	**Benefícios Concedidos**	**208.882.417,11**
2.3.1.1.02.00.00	**Benefícios a Conceder**	**86.183.485,30**
2.3.1.1.03.00.00	**(-) Provisões Matemáticas a Constituir**	**(31.210.770,24)**
2.3.1.1.03.01.00	**(-) Serviço Passado**	**(28.507.906,82)**
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(28.507.906,82)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	**(-) Déficit Equacionado**	**(2.702.863,42)**
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	(1.161.659,42)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	(1.173.481,35)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistidos	(367.722,65)
2.3.1.2.00.00.00	**Equilíbrio Técnico**	**(10.454.565,98)**

VIII. DA REPERCUSSÃO DA PROMOÇÃO CONCEDIDA A EMPREGADOS DA CESAN

Em decorrência de efetiva promoção concedida a empregados da CESAN, participantes da FAECES, em março de 2015, retroativa a janeiro de 2015, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, relativa ao tempo de serviço passado, foi majorada em R$ 7.062.142,61.

Deve-se destacar que o referido montante foi acrescido ao saldo devedor de R$ 21.445.763,21, relativo ao valor atual da Confissão de Dívida estabelecida no Termo Aditivo nº 2, perfazendo o total de R$ 28.507.906,82, a ser amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2016, inclusive, terminando em 31/12/2020, conforme previsto no Termo Aditivo nº 3 de Confissão de Dívida, firmado em 14/12/2015.

IX. DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefício Definido da FAECES, verifica-se que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2015, foi de 12,27%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante o ano de 2015, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 1,17% ao ano, índice inferior à meta atuarial de 5,65% admitida no encerramento do exercício de 2014.

X. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,00%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,00%	0,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

XI. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

XII. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

XIII. DAS ESTATÍSTICAS

XIII.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	407	56	5.767,91	34	31
Feminino	102	53	6.708,98	31	28
Total	**509**				
Média		**55**	**5.956,50**	**33**	**31**

XIII.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, observa-se o seguinte:

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço	537	67	2.179,51
Aposentadoria por idade	21	78	1.165,67
Aposentadoria Especial	49	72	424,27
Aposentadoria por Invalidez	74	62	445,18
Pensão	166	70	653,58
Total	847		
Média		68	1.493,63

Vitória, 22 de fevereiro de 2016.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

14. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES
REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2015, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R$ 15.543.448,51, era suficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, encontrando-se o supracitado Plano atuarialmente equilibrado naquela data.

II. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios II da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria Normal e Antecipada (a)	12,05%
Aposentadoria por Invalidez (b)	0,26%
Pensão (c)	0,21%
Pecúlio (d)	0,05%
Taxa de Carregamento (e)	1,10%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	**13,67%**

III. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2015, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

III.1 Contribuição de Participantes

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2016, corresponde a 6,89% do Salário de Participação, sendo 6,08% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,26% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

III.2 Contribuição de Patrocinadores

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2016, corresponde a 6,78% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo 5,97% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,26% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

IV. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R$ 15.543.448,51, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R$
1	Ativo	16.165.230,24
2.1	Exigível Operacional	(99.167,61)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(522.614,12)
Patrimônio de Cobertura do Plano		**15.543.448,51**

V. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios II da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2015 os seguintes valores:

	Valores em R$
1. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	**47.366,92**
2. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	**15.496.081,59**
2.1 Benefício Programado – parcela Patrocinador	7.127.387,30
2.2 Benefício Programado – parcela Participante	7.706.413,46
2.3 Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	331.140,41
2.4 Benefício Não Programado – parcela Participante	331.140,42
TOTAL	15.543.448,51

VI. DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECES, ao longo do exercício de 2015, foi de 12,23%, admitindo-se como parâmetros de avaliação os valores das cotas de dezembro de 2014 e 2015, respectivamente, 2,227737 e 2,500233. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2015, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 1,14% ao ano, percentual abaixo da meta atuarial de 5,65% ao ano, admitida no encerramento do exercício de 2014.

V. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,00%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECES	Experiência na FAECES

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,00%	0,50%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

VI. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

VII. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício II da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

VIII. DAS ESTATÍSTICAS

VIII.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	360	37	3.853,21	7	6
Feminino	211	35	4.194,43	7	6
Total	571				
Média		36	3.979,30	7	6

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R$)
Aposentadoria por Invalidez	1	59	279,71
Total	1		
Média		59	279,71

Vitória, 22 de fevereiro de 2016.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

15. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras da
Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES
Vitória, ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábeis consolidada da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data,

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, com emissão do relatório em 06 de março de 2015, que conteve ênfase quanto a insuficiência atuarial de determinados planos de benefícios.

Vitória, ES, 22 de março de 2016.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

16. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES,** após analise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2015 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, DECIDINDO POR UNANIMIDADE, PELA SUA APROVAÇÃO.

Vitória-ES, 14 de abril de 2016.

Luciana Miranda Soares Garcia
Presidente

Elza de Abreu Costa
Membro

Helio de Sousa
Membro

Maria Luiza da Silva
Membro

17. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 16/12/2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2015.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2015.

Vitória-ES, 15 de abril de 2016.

Ana Cristina Munhós de Souza
Presidente

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Membro

Millena Plaster Benevides Freitas
Membro

André Barbosa Barreto Duarte
Membro

18. EXPEDIENTE

Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - BL.A
Salas 1304 a 1310, 1312 e 1313 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900 | Fax: (27) 2122-3913
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro do PLASS - Plano de Assistência à Saúde da FAECES na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente)
Martha Matias Miranda (Diretora de Seguridade)
Marcelo Vieira Lopes (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:
Ana Cristina Munhós de Souza (Presidente) | Millena Plaster Benevides Freitas
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | André Barbosa Barreto Duarte

Suplentes:
Mateus Rodrigues Casotti | André Luiz de Oliveira Lima
Átila Travaglia Pasini | Romeu Souza Nascimento

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
Luciana Miranda Soares Garcia (Presidente) | Elza de Abreu Costa
Maria Luiza da Silva | Helio de Sousa

Suplentes:
Leonardo de Souza Mariano | Sebastião Fortes Coelho
Geovan Scheneider | Fabio Ferreira da Costa

Editado sob responsabilidade da Diretoria.

Produção:
Plus Interativa
Tel: (21) 3529-7816 / 2524-9790
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:
Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)

faeces

RELATÓRIO ANUAL 2015

Fundação Assistencial aos Empregados da Cesan - FAECES

Tel: (27) 2122-3900 | Fax: (27) 2122-3913
faleconosco@faeces.com.br

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bloco A
Salas 1304 a 1310, 1312 e 1313 - Centro
Vitória - ES
CEP: 29010-930